



Scalco, Serra, Fiuza, Ibsen, Souto: os líderes buscam quorum

Sem quorum e sem acordo, o orçamento não é votado

Sem quorum para votação (apenas 132 deputados e 43 senadores compareceram ao plenário ontem), o Congresso adiou mais uma vez a definição de matérias importantes, estacionadas há meses na Ordem do Dia, entre as quais a proposta de suplementação orçamentária no valor de Cr\$ 2,5 trilhões, cujo atraso praticamente paralisou a máquina administrativa. Com isso Governo pode baixar, dentro de 48 horas, medida provisória decidindo a questão.

Reunidas por mais de uma hora durante a tarde de ontem, as lideranças do governo e das oposições ainda tentaram sem sucesso, viabilizar um acordo capaz de superar o obstáculo da falta de número. Mesmo vencendo as resistências do PMDB e do PSDB, os governistas não conseguiram sensibilizar o PDT, PT, PCB e PC do B. Os quatro partidos fecharam questão em torno da exigência de vincular o orçamento à votação das medidas provisórias sobre a política salarial e a Previdência Social.

Sem acordo no Congresso, é provável que o Governo edite ainda hoje medida provisória suplementando o orçamento, como deram a entender explicitamente na reunião de ontem os representantes de Collor — deputados Ricardo Fiúza (PE) e Humberto Souto (MG), ambos do PFL. Se a ameaça for confirmada, o líder Haroldo Lima (PC do B-BA) pretende recorrer ao STF, por considerar a iniciativa inconstitucional: "Orçamento depende de prévia autorização legislativa",

explicou o parlamentar.

O deputado José Serra (PSDB-SP) descobriu para o Governo uma forma de driblar o problema. Ele sugere a edição de decreto ou portaria, baseado em autorização constante na lei orçamentária deste exercício para "correção de despesas". Segundo Serra, esta fórmula resolveria temporariamente o problema de custeio da máquina administrativa.

ESFORÇO

Como as apurações ainda se arrastam em vários estados, é pouco provável que o Congresso venha obter quorum para votações durante esta semana. Os diversos líderes partidários anunciaram a convocação de suas bancadas para um esforço concentrado a partir de terça-feira próxima.

Na possibilidade de um acordo interpartidário, as votações dependem da presença de pelo menos 248 deputados e 38 senadores.

É na próxima semana, aliás, que a Mesa do Congresso terá condições técnicas de incluir na Ordem do dia as matérias de interesse da oposição. Tanto o veto à lei de custeio e benefícios da Previdência Social quanto a última medida provisória em torno da política salarial (a de nº 234) dependem de leitura prévia no plenário, para entrar na pauta.